

Enquanto o pior não passa

LUIZ CARLOS LISBOA



Os recursos de preservação da vida no reino animal não se limitam a determinar, como pensam alguns desavisados, os movimentos básicos de ataque e fuga comandados pela adrenalina e pelas complexidades, diferentes conforme a espécie observada, do sistema nervoso e do córtex cerebral. A imobilidade é um outro meio de vencer o perigo e de adiar as rupturas fatais, assegurando a duração no tempo do animal ameaçado. Essa lei da natureza atua também nos organismos sociais, principalmente os rudimentares, a ponto de fazer-se visível nas agremiações e assembléias, ministérios e bancadas, nos momentos de crise e alerta vermelho.

O noticiário político nacional das últimas 24 horas proporcionou ao País uma lição interessante sobre a fisiologia nervosa de pessoas e instituições, revelando os perigos que pairam no ar. A Constituinte não trabalhou na sexta-feira porque faltou quórum na quinta; o PMDB não trabalhará no dia 21 porque o perigo de implosão adiou para dezembro sua convenção nacional. O PFL deixou para depois das eleições municipais de novembro a escolha da data do seu encontro de próceres. Os adiamentos estão por toda parte, a imobilidade está na ordem do dia, até que a crise geral esmoreça.

A nenhum desses bichos assustados ocorre que eles são a própria crise, vítimas e algozes ao mesmo tempo, pardal raposa de uma vez. A todos e a cada um parece que o perigo "está lá fora", no mundo assustador que ninguém conhece perfeitamente e que ameaça de mil maneiras. Porque cada ser e estrutura se encolhem em sua concha, a espera tende a ser duradoura, até que o cansaço devolva ao mundo cada observador do mundo, e a crise também esteja de volta porque suas partes integrantes estão de volta.

Como constituintes, os legisladores brasileiros olham o Brasil com espanto e "enforcam" um ou dois dias de trabalho para que nesse tempo as coisas aconteçam como têm de acontecer, e eles possam em seguida retomar sua tarefa sabendo mais alguma coisa da crise que acreditam poder medicar a posteriori. Mas a questão é essa: eles fabricam e sustentam a crise, também, seja trabalhando, seja fugindo para os seus estados sob o pretexto de que precisam cuidar da própria eleição para algum cargo municipal. Esses pilares (não exclusivos) da crise estão operando com o futuro, na Constituinte. Queira Deus que esse não seja um futuro crítico também, quando nada por osmose, já que se trata de biologia.

Num universo onde todos se escondem e esperam, não pode haver problemas — nem vida. Os primeiros movimentos vão surgir quando a hibernação terminar e todos saírem

de suas tocas para ver o que restou das dificuldades. Nesse momento, se as partes não mudaram em nada, elas vão descobrir que o conjunto não mudou de todo. Será a crise com energias renovadas, suportada com vigor decrescente até a hora de apelar para a imobilidade, para "deixar passar o pior", num circuito que pode até ser interessante, mas que não deixará de ser desesperador para as partes envolvidas.

Um sociólogo fluminense, estudando a "carnavalização" do País, foi levado a examinar o fenômeno contemporâneo do carnaval e conclui que esse festejo popular não morreu: como todos, cada vez mais, saem de casa para ver a festa, e não para brincar, o espetáculo do futuro seria o de uma multidão de espectadores desfilando na avenida. É mais ou menos o que acontece com alguns protagonistas da crise, que se refugiam dela em suas cascas, esperando que abrande ou passe. A idéia que assalta a todos acomete também os que em nada contribuem para a grande hibernação, mas sofrem seus efeitos quando são obrigados a adiar negócios, desistir de empreendimentos, recusar encomendas ou simplesmente manter um só emprego e dedicar-se à delícia de viver.

São os "históricos" que desejam adiar a convenção nacional do PMDB? Não é bem assim. Esse grupo teme um confronto porque tem uma decidida inclinação de vencer pelo grito, mas eles e seus opositores temem fazer mais agitação agora. Toda uma população pensa assim, ultimamente, de tal modo que as categorias profissionais estão reacias de fazer greves, preferindo sofrer um pouco mais em silêncio, para evitar o desmoronamento geral que todos sentem possível, mas ninguém sabe precisar de onde viria. Os únicos que se atrevem a sacudir com força a estrutura vacilante do regime são os funcionários das empresas públicas (Banco do Brasil, Correios, Caixa Econômica etc.), apoiados na força tremenda que desfrutam no país do Terceiro Mundo em que vivem de fato, mas que não identificam como tal.

O resto do País está pisando em ovos, cuidando de não perder na voragem do abismo histórico, que afinal chegou até perto de nós, tudo o que foi conquistado nos últimos anos de arbítrio e nos primeiros vagidos da Nova República. Os fomentadores e mantenedores da crise — defensores do cartorialismo, do Estado paternal, do "sabe com quem está falando", dos privilégios acobertados em lei — estão igualmente cautelosos, mas pela razão errada. Encolhidos no seu canto, esperam que a crise melhore votando dispositivos constitucionais que geram crise hoje e amanhã.

Duas imensas estatais informaram há dias que a licença de papai-gestante já foi adotada por elas há muito tempo. Ninguém ficou admirado. O que causou espanto foi que elas tenham divulgado essa regalia para conseguir sua aprovação irrestrita na futura Carta, e para atenuar a crise generalizada. É a tal história.